

# Arquivo Público de Alagoas: resgate patrimonial

Autor: **Maria Suzie de Oliveira**

A pesquisa monográfica que se segue, aponta o Arquivo Público de Alagoas e o seu resgate patrimonial, englobando questões referentes à preservação do acervo documental. Apresenta como problemática o resgate patrimonial do Arquivo Público de Alagoas, com o intuito de fazer ressurgir a história pública do Estado. O objeto de análise do estudo remete ao acervo nos seus mais diferentes suportes. Os dados foram coletados através de visitas in loco e relatórios da Instituição. A análise sobre os dados foi fundamentada através da abordagem de alguns autores da área, tais como: Bellotto, Jardim, Luccas, Paes, entre outros. Além de caracterizar o acervo do A.P.A. e suas condições de preservação, foram abordadas questões dos mecanismos utilizados no funcionamento da Instituição, os recursos humanos, condições de trabalho, acesso às informações e recursos tecnológicos. Os resultados da pesquisa apontaram que as condições de conservação do acervo ainda são precárias, mesmo após o recebimento de alguns materiais. Mas, no entanto, ainda insuficientes e que tais dificuldades impedem o Arquivo de exercer sua real função, a de preservar e disseminar a informação.

Através do tema proposto para a realização deste projeto, que ressalta a análise do acervo do Arquivo Público de Alagoas, far-se-à uma observação do assunto que será dissertado. Diagnosticando uma possível forma de conservação e organização do Arquivo com o objetivo de resgatar e valorizar a história de Alagoas.

Sugere, esta pesquisa, a elaboração de suposições (Políticas de Preservação) relativas à revitalização de uma instituição pública, que enfrenta dificuldades diversas, provenientes do esquecimento das autoridades detentoras de todo um patrimônio rico em história. Colocando em foco toda uma estrutura sócio-cultural do Estado de Alagoas, dando prioridade à degradação e ao esquecimento, desconhecendo a verdadeira importância e função de um arquivo público, mesmo este sendo, resguardo do patrimônio social desde os tempos provincianos e que, até hoje marcam a nossa história por entre ricos documentos.

Ao se fazer uma análise da antiga cidade de Maceió com a de hoje, observar-se-à uma grande diferença, e que esta, deve-se às transformações que o progresso nos impôs. Ou seja, muitas de nossas belezas naturais e, principalmente, a nossa arquitetura provincial do começo do século retrasado, desapareceram.

Logo, é a partir daí que surge a necessidade da preservação da memória do Estado, função que já cabe as instituições deste porte, que têm como objetivo próprio, resgatar a significação histórica, no sentido museológico e cultural. Fazendo entender as nossas futuras gerações do conhecimento dos fatos que marcaram o início de nossa formação comunitária, as nossas raízes sócio-culturais, a gênese de toda uma estrutura da história nacional.

Com essa consciência da importância do passado e a adoração à sua memória pode-se avaliar o grande valor do presente, preservando-o com o intuito de que nossos pósteros não se ressintam daqueles que se esmeraram com sublime e indispensável cuidado. Pois, louvável é aquele que sabe preservar e valorizar a sua memória, que constitui tesouro cultural de rico valor e base de todo um monumento da nossa história.

Talvez isso se deva aos grandes avanços sociais, alavancando novas formas de vida, tornando a sociedade esmaecida em lidar com o passado, sem saber que este, dá início e põe-se como responsável a toda essa gama inovacional de atualmente. Ou seja, para tornar-se concreto, o novo busca soluções no arcaico.

Sendo assim, toma-se como ponto inicial, a noção de que o que resiste como reminiscência coletiva de outrora não é conjunto de obras notáveis e documentos que existiram, mas o produto de uma decisão realizada por historiadores e pesquisadores de diversas épocas da história.

Em meio a tantas queixas em nome do patrimônio da humanidade, o propósito deste, é averiguar e, por fim, elaborar um plano contínuo de preservação, ressaltando a administração e, principalmente, a valorização, em uma instituição pública de cunho arquivístico que possui riquíssimo acervo composto de diversos documentos que retratam os principais acontecimentos da vida pública do Estado de Alagoas.

Neste sentido, pretende-se oferecer uma ampla visão das fontes documentais que nele foram reunidas ao longo dos seus quarenta anos de atividade; seus principais fundos e coleções, das linhas de pesquisa e abordagem que contribuíram para o seu desenvolvimento. Sobrepondo-se a verdadeira função de um arquivo, em especial, o público, e sua evolução histórica, a realidade arquivística no Brasil e no Mundo e a situação dos arquivos em Alagoas, além das características fundamentais e pontos de acesso para um adequado manuseio e tratamento técnico.

Tendo como problemática o resgate patrimonial do Arquivo Público de Alagoas com o intuito de valorizar a história pública do Estado. Apresentando como objetivos geral e específicos a análise do acervo do A.P.A., ressaltando a importância da criação de uma política de preservação com a finalidade de melhorar a conservação do seu acervo. Resgatando o pleno exercício de sua real função, veiculando o acesso à informação contida em seu vasto acervo.

Além de avaliar as condições físicas do A.P.A. e a guarda de seus documentos; analisar a melhor forma de conservação e organização para o Arquivo; relacionar a falta de uma institucionalização de Políticas de Preservação, do mesmo, como respaldo à problemática de resgate à história pública do Estado; facilitar o acesso dos pesquisadores às informações, para logo em seguida, caracterizar os resultados obtidos.

Enfim, esta pesquisa sugere a elaboração de um plano de ação no tocante à conservação e resgate patrimonial do Arquivo Público de Alagoas, utilizando os

diversos meios advindos da moderna tecnologia, modificando o espaço físico e sua valorização cultural.

Volta-se, no entanto, a uma instituição pública, que apresenta um estado de degradação proveniente de diversos fatores, sendo um deles, o abandono. Logo, é de grande importância um estudo totalmente direcionado às questões organizacionais de um arquivo público, tanto da situação atual quanto de sua revitalização, e a partir daí, chegar a uma conclusão.

Em princípio, a ênfase está na perspectiva das novas propostas de reestruturação arquivísticas, enfocando a realidade de outros órgãos, mas que apresentam uma mesma tipologia. Levando em consideração, principalmente, os obstáculos enfrentados e os que ainda estão por vir e que deverão ser diagnosticados neste.

Enfim, elegi um órgão governamental, e que aponta problemas provenientes da desvalorização ou falta de respeito por parte daqueles que desconhecem a verdadeira importância do que constitui patrimônio sócio-cultural e redentor de toda uma história de Alagoas. No entanto, como deixa claro a Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, art. 25, das disposições finais "ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social", considerando ainda, o art. 8º, inciso 3º da lei vigente: "consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados" (ANEXO C), e a situação em que se encontra o Arquivo Público de Alagoas, verifica-se um desinteresse também nacional ao patrimônio histórico-cultural, o que acaba prejudicando a desenvoltura funcional do Arquivo, afetando toda a sua estrutura e objetivos.